



A AGRICULTURA FAMILIAR, O CAMPESINATO E AS IMPLICAÇÕES DESSAS CONCEITUAÇÕES NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO¹

Abigail Bruna da Cruz²
Sandra de Castro de Azevedo³

RESUMO

Este artigo objetivou a reflexão sobre como os diferentes sujeitos do campo são alcançados pelas políticas de Educação do Campo. Para tanto, este trabalho foi construído sobre a perspectiva do materialismo histórico e dialético e como técnicas de pesquisa utilizou-se a revisão de literatura, análise de leis e de materiais didáticos. Entre os resultados encontrados podem ser citados que: Os sujeitos da agricultura familiar são sujeitos diversos, estes podem se identificar com os ideais camponeses, pela luta e resistência para se manterem na terra, ou mesmo, se identificam como membros do agronegócio, tendo uma relação mais empresarial com a terra e produzindo sobretudo para o mercado. Tendo em vista que a Educação do Campo, originária dos movimentos sociais agrários, busca abarcar os diferentes sujeitos criou-se o PNLDCampo. De fato, este programa teve um grande alcance nas escolas rurais e do campo do país, porém, com o avanço da extrema direita no governo cancelaram o mesmo. Entende-se que é necessário manter-se resistentes as investidas neoliberais na educação e investir em construção de materiais didáticos e formação inicial e continuada para atendimento dessa população, isso são formas de criar resistências frente ao sistema.

Palavras-chave: Educação do Campo, Agricultura Familiar, Campesinato, Agronegócio, Resistência.

ABSTRACT

Ce article visait à réfléchir sur la manière dont les différents sujets à la campagne sont touchés par les politiques d'éducation rurale. Par conséquent, ce travail a été construit du point de vue du matérialisme historique et dialectique et comme techniques de recherche, il a été utilisé la revue de la littérature, l'analyse des lois et du matériel pédagogique. Parmi les résultats trouvés, on peut mentionner que : Les sujets de l'agriculture familiale sont des sujets divers, ils peuvent s'identifier aux idéaux paysans, à travers la lutte et la résistance pour rester sur la terre, ou encore s'identifier comme membres de l'agrobusiness, ayant une relation plus entrepreneuriale avec la terre et produisant principalement pour le marché. En gardant à l'esprit que l'Éducation du Pays, issue des

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Mestranda no Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas- Unifal-MG, abigail.cruz@sou.unifal-mg.edu.br;

³ Prof(a). Dr(a). Adjunta da Universidade Federal de Alfenas-MG. Unifal-MG, sandra.azevedo@unifal.mg.edu.br



mouvements sociaux agraires, cherche à englober les différentes matières, le PNLD Campo a été créé. En fait, ce programme avait une large portée dans les écoles rurales et rurales du pays, cependant, avec l'avancée de l'extrême droite au sein du gouvernement, ils l'ont annulé. On comprend qu'il faut rester résistant aux efforts néolibéraux en matière d'éducation, investir aussi dans la construction de matériels pédagogiques et de formation initiale et continue pour cette population.

Mots-clés: Education Rurale, Agriculture Familiale, Paysannerie, Agroalimentaire, Résistance.

INTRODUÇÃO

Depois de muitas lutas e organização a Educação do Campo está se consolidando por meio de políticas educacionais, apesar de a situação atual apresentar muitos retrocessos com relação a essas políticas, algumas ainda resistem mesmo sem serem destinadas a elas verbas suficientes. Desse modo, o objetivo desse artigo é reforçar a importância da Educação do Campo e sua ampliação para espaços rurais que não possuem vínculos com os movimentos sociais agrários que se denominam como camponeses.

Quando tratamos de Educação do Campo tem-se a ideia de que todas as formas de se conceber o campo, os modos de produção do espaço rural, são abordados com equidade nesse movimento educacional. Na teoria isso é uma realidade, já que a proposta de Educação do Campo é abranger todas as especificidades das populações camponesas. Segundo o Inciso I do artigo 1º da lei do Programa Nacional da Educação a Reforma Agrária (PRONERA) afirma que populações do campo são;

(...) os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, 2010, p.1).

Entre tantos povos do espaço rural, a lei reforça e reconhece os agricultores familiares como sendo parte do movimento, sendo sujeitos de direitos da Educação do Campo. Mas, na prática, o que se percebe é que esse movimento acontece de maneira mais profunda nos espaços rurais onde existe uma representatividade dos movimentos sociais agrários.

Muito disso se deve ao fato de que a concepção originária desse movimento educacional, nasceu justamente a partir desses movimentos de luta social pela terra, sobretudo com os membros do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Esses atores sociais são reconhecidos pelo conceito de camponeses. A ideia de camponês remete



ao modo de produção com base familiar que se contrapõe ao modelo empresarial do agronegócio, que visa apenas o lucro advindo da terra e do que ela produz.

No entanto, há aqueles que também buscam uma diferenciação entre este conceito ao conceito de agricultura familiar. O conceito de agricultura familiar, bem como o nome representa, também tem na sua base estrutural a organização da produção através da base familiar.

Um dos motivos de tensionamentos entre agricultura familiar e camponesa, se dá pela questão da criação do termo agricultura familiar estar associada à políticas de Estado e fazer associação com capital para se manter produzindo e gerando renda, enquanto no campesinato, há linhas, que defendem que este modelo de produção busca romper os vínculos com o capitalismo.

A construção deste trabalho se justificou devido à necessidade de compreensão de como esse embate conceitual e modo de concepção de produção do espaço rural se evidencia e impacta na política de Educação do Campo e por consequência na oferta de educação para as populações que se encaixam dentro da agricultura familiar. Entende-se que se a educação do campo não ampliar seu alcance para todas as áreas rurais de agricultura familiar, o espaço fica aberto para que projetos neoliberais de educação se fortaleça como exemplo o Agrinho e o fortalecimento das Mães do Agro.

METODOLOGIA

O tema deste trabalho é parte do que está sendo desenvolvido na pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas-MG, cujo título é “A Educação do Campo, a diversidade do rural de Alfenas e o Programa Nacional do Livro Didático do Campo- PNLD Campo”.

Essa é uma pesquisa qualitativa, desenvolvida sobre a perspectiva materialista histórico dialético, com objetivo de buscar compreender as contradições existentes entre o contexto agrário e a Educação do Campo e como essas contradições implicam nos sujeitos da agricultura familiar do contexto do município de Alfenas-MG.

As técnicas utilizadas para compreensão teóricas dos temas sobre Campesinato, Agricultura Familiar e Educação do Campo consistiram em revisão de literatura, onde trouxemos autores como Fernandes(2014), Wanderley (2015) e Ghizelini e Araguão



(2019), também foram realizadas análises documentais de leis como Brasil (2006), resoluções e materiais didáticos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A AGRICULTURA FAMILIAR: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS COM O CAMPESINATO E O AGRONEGÓCIO

Pela Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, (BRASIL, 2006, p.1) que dispõe sobre “as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais”;

Art. 3º (...) considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais. II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo. (...) IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006).

Ghizelini e Araguão (2019) trouxeram que para além dessa definição legal de agricultura familiar, o conceito é amplamente debatido no meio acadêmico tendo diferentes posicionamentos a cerca de si. Os autores afirmam que;

Talvez o ponto mais pujante desse debate não encerrado seja a divergência entre o conceito de agricultura familiar e o de campesinato, o que definitivamente não se reduz a algo banal, (...), mas principalmente, como as políticas públicas e o Estado devem olhar e interagir com esse modo de vida no rural brasileiro. Ou seja, este debate leva a fortalecer determina dimensão e forma da agricultura familiar, seu desenvolvimento para alguns caminhos que foram determinados dentro destes campos de disputa teórico conceitual. (GHIZELINI; ARAGUÃO, 2019, p.92-93).

Ghizelini e Araguão (2019) fazem um amplo debate teórico trazendo diversas concepções sobre o tema, entre eles aborda Wanderley (2013) que “propõe um debate acerca das problemáticas recentes no uso dos conceitos de agricultura familiar e campesinato” afirmando que “durante a década de setenta, do século XX, importantes abordagens teóricas davam como certo o prognóstico de que o campesinato iria invariavelmente se decompor e se desfazer”.

No entanto, à rigor isso não se realizou como previsto. Apesar de todas as transformações ocorridas no meio rural, derivadas do processo de modernização que injetou o modelo empresarial-industrial na agricultura, pressionando e exigindo constantes mudanças e adaptações, tal fato não



suprimiu a produção de base familiar, não se efetivando assim o integral processo de proletarização que estava no horizonte (durante a década de 70). (GHIZELINI; ARAGUÃO, 2019, p.93).

Os autores também trouxeram os pesquisadores Huges Lamarche (1998), Nazareth Wanderley (1998), e Chayanov (1974), cada autor trazendo sua perspectiva sobre agricultura familiar, suas aproximações e distanciamento do conceito de campesinato. Concorde-se com Ghizelini e Araguão (2019, p.94) quando estes autores afirmam que “a agricultura familiar não é sinônimo de campesinato, mas o campesinato é uma forma de agricultura familiar, mas nem toda agricultura familiar é a expressão do modo de vida camponês”.

Fernandes (2014, p. 19) afirma que; “es fundamental resaltar que hay una diferencia estructural entre agricultura de base familiar (denominada popularmente de agricultura familiar) y agricultura familiar capitalista”.

Cuando afirmamos que la agricultura familiar es campesina, nos estamos refiriendo a la agricultura de base familiar, cuya renta total es producida predominantemente por el trabajo de los miembros de la familia. En este criterio estamos determinando la condición de clase social para delimitar el concepto. La agricultura de base familiar es campesina exactamente por distinguirse de la agricultura capitalista. El concepto de campesinado nació antes de la existencia del capitalismo, de modo que esta relación social y forma de organización del trabajo y de la producción puede ser familiar, comunitaria, asociativa, cooperativa, pero nunca es capitalista. **Cuando una familia tiene la plusvalía como su principal fuente de renta, ella deja de ser campesina para transformarse en capitalista** (FERNANDES, 2014, p.19, **Grifos Nossos**).

No entanto, é comum encontrarmos no rural brasileiro, famílias que possuem pequenas e médias propriedades que vivem da produção da terra e que necessitam contratar mão de obra remunerada para conseguir produzir o suficiente para se manter na terra, ou então que contratam serviços de oferta de maquinários para dia para poder ter um aumento da produção e conseguir pagar seus empréstimos bancários e não perder a sua terra.

Desta forma essa relação que o agricultor familiar tem com o capitalismo não é a mesma relação que o agronegócio tem, mesmo que essa faz uso da mais valia, para conseguir manter-se em sua terra. Neste sentido, Wanderley (2015) afirma que atualmente existe uma;

(...) constituição de um setor de agricultores não patronais e não latifundiários, que exercitam formas próprias de viver e trabalhar (...) A inclusão produtiva que corresponde a este tipo de agricultor deveria considerar sua histórica resistência como camponeses. (WANDERLEY, 2015, p. 25).

Diante deste contexto é urgente que a Educação do Campo seja ampliada para essas áreas rurais que não possuem ligação com os movimentos sociais e que na maioria



das vezes estão dispostos a uma educação que reforça os ideais de uma agricultura voltada ao agronegócio e a exportação. Para Alves e Vale (2013 p.37) o agronegócio “(...) reproduz uma visão economicista da agricultura e do campo, ou seja, a metamorfose do campo em cidade do agronegócio pelo capital das commodities”, negando e suprimindo as diversidades existentes no espaço rural.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ESPAÇO DA AGRICULTURA FAMILIAR NOS PROJETOS DE EDUCAÇÃO DO E NO CAMPO

Utilizando-se o exemplo de Alfenas-MG, que é o município que se estuda nessa pesquisa, apenas 96 propriedades podem ser consideradas não-familiares, enquanto outras 1675 se encaixam nessa categoria. (SICAR, 2021). De acordo com a EMBRAPA (2012) cada módulo fiscal do município de Alfenas corresponde a 26 hectares, esse valor é fixado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Segundo o site oficial do Ministério da Fazenda o critério para que as propriedades se encaixem na nomenclatura agricultura familiar são que elas cheguem no máximo a 4 módulos fiscais (104 hectares).

Dentro dessa categoria, de agricultores familiares, há uma grande variedade de sujeitos, sobretudo quando se trata de modos de produção e o que é produzido nas respectivas propriedades rurais. Entre esses sujeitos existem aqueles cuja produção e vida cotidiana se aproximam mais do que é tratado de campesinato moderno, estes produtores geralmente com propriedades entre 1 e 15 hectares, buscam resistir na terra através de sistemas de créditos governamentais como o Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura (PRONAF) e os médios contam com créditos do Programa Nacional de Apoio ao médio Produtor Rural (PRONAMP).

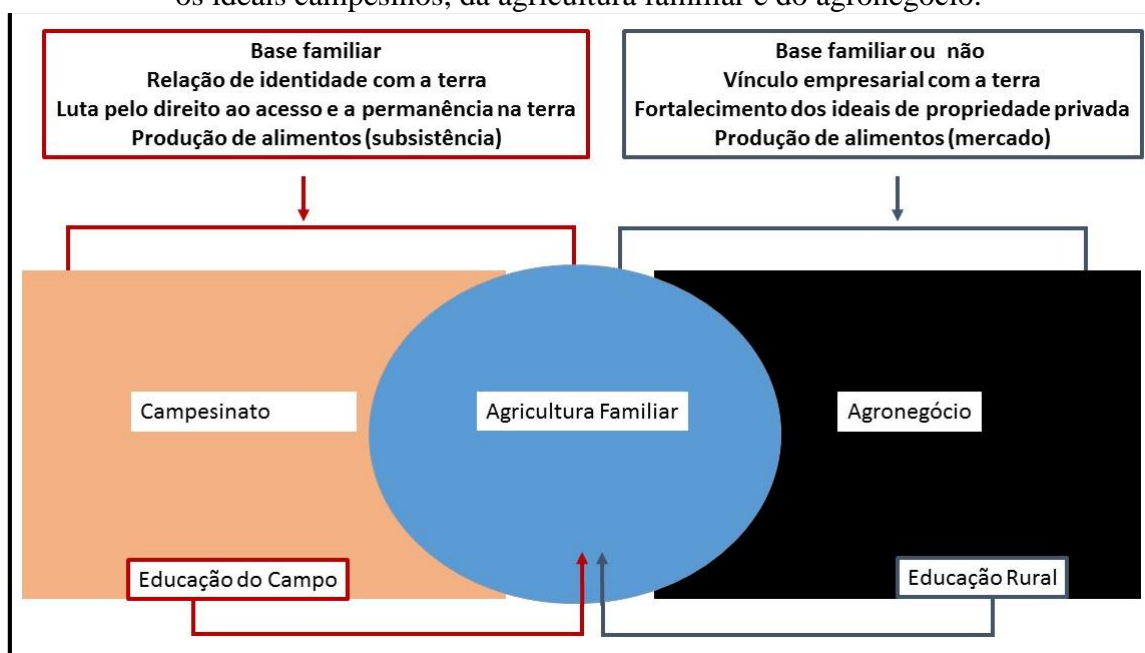
Embora estes produtores se insiram na máquina capitalistas através desses programas de créditos, os mesmos vivem sob o risco de perda da produção por intempéries climáticas, riscos de pragas e outros danos que atingem as lavouras. Essa incerteza põe em risco suas propriedades, afinal, essa é dada como garantia em casos de



não cumprimento com aquilo que é designado contratualmente ao pedir créditos junto aos bancos associados ao governo.

Por outro lado, dentro dessa mesma categoria existem também aqueles produtores rurais que se aproximam (modo de vida e das ideologias) do agronegócio, embora não estejam de fato inseridos neste sistema. Buscou-se sistematizar essas relações na Figura (1).

Figura 1: Compreensão geral sobre os pontos de aproximações e tensionamentos entre os ideais campesinos, da agricultura familiar e do agronegócio.



Sistematização: (As autoras, 2021)

Como mostrado, há os agricultores familiares que mantêm uma relação de identidade com a terra muito maior que outros, bem como tem a necessidade de estar constantemente se reinventando para continuar tendo acesso e permanência em suas propriedades, produzem alimentos para sua própria subsistência e com os excedentes garantem uma renda extra para comprar outros bens de consumo.

Há aqueles agricultores familiares que estão mais consolidados, têm menor dependência financeira e conseguem produzir para além da subsistência, tendo um acesso ao capital e ao mercado, mantendo uma relação mais comercial com a terra. Nestes produtores o discurso de propriedade privada é forte e há, entre aqueles que não compreende o processo, medo de que os movimentos sociais agrários “invadam” suas propriedades e tomem posse das mesmas.



Quanto ao que é ensinado aos filhos e filhas dos agricultores rurais do município de Alfenas, cabe dizer que é o mesmo currículo das escolas urbanas. Neste sentido, concorda-se com Santos (2017) quando este autor afirma que embora o movimento de luta tenha conseguido avanços para as escolas do e no campo, ainda nos dias de hoje é possível perceber que nem todos os traços negativos da escola rural e da educação para os povos do espaço rural foram superados.

Ainda hoje parte dos que pensam a educação no país permanecem, segundo Santos (2017 p.213), “a serviço do agronegócio, do latifúndio, do agrotóxico, dos transgênicos e da exportação”, sobretudo, nos espaços onde não existe a presença de organização dos movimentos sociais que se identificam com essa proposta de educação.

Dentre as políticas educacionais que foram aprovadas e disponibilizada para todas as escolas de áreas rurais, conquistadas pela Educação do campo foi o livro didático do Programa Nacional do Livro Didático do Campo (PNLD Campo) que apresentou uma proposta de valorização dos espaços rurais para o ensino fundamental I, por meio desses livros alunos e professores tiveram a possibilidade de trabalhar com uma visão de educação próxima da sua realidade.

Na prática, houve a inserção dos Livros Didáticos (LDs) do Programa Nacional do Livro Didático do Campo (PNLD Campo) nas escolas do espaço rural a partir do ano de 2013. Este programa teve uma grande abrangência nas escolas rurais/ do campo do país, chegando a alcançar cerca de 96% dessas escolas. (MOURA E AZEVEDO, 2018).

Segundo os dados disponíveis e analisados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em 2015 foram 119.250 alunos beneficiados pelo Programa Nacional do Livro Didático do Campo em Minas Gerais, em 2016 foram 149.612 (tendo um aumento de cerca de 40 mil alunos beneficiados de um ano para o outro), em 2017 teve uma leve queda nessa quantidade e foram 138.234 atendidos, mantendo assim uma média geral anual com cerca de 135.698,1 discentes e do ano 2018 não constam os dados no site oficial da FNDE.

Contudo, após o retorno do governo de direita no cenário político nacional, houve o encerramento desse programa no ano de 2018 estando ele em sua segunda edição. Tal cancelamento foi avisado através do Informe nº 07/2018, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação que dizia que;

O FNDE informa que, em decorrência de estar em andamento a revisão de marcos legais da educação nacional, não haverá, para 2019, escolha específica de materiais para atendimento das escolas rurais. Sendo assim, tanto as escolas



urbanas, quanto as escolas rurais participarão da escolha do PNLD 2019. O registro da escolha será realizado no sistema PDDE-Interativo (BRASIL, 2018, p. 1).

Entendendo que o livro didático é um dos principais instrumentos disponíveis aos professores na educação básica, e como a maioria dos professores das escolas rurais não possuem uma formação pautada na Educação do campo, esse livro foi um primeiro passo para ampliar essa visão de valorização dos espaços rurais e dos seus costumes que normalmente são inferiorizados ou mesmo estigmatizados em obras nacionais.

Portanto, o rompimento de programas como o PNLD Campo significou um retrocesso relevante ao movimento da Educação do Campo, esse retrocesso passou a ser sentido que justamente no momento em que o governo ilegítimo de Michel Temer tomou o poder e os avanços que estavam acontecendo por meio das políticas educacionais começaram a sofrer ataques.

Segundo dados do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), nos seis anos de vigência do Programa Nacional do Livro Didático do Campo, apenas três editoras foram autorizadas para que produzissem os livros didáticos, sendo elas a FTD S.A. com o título Girassol Saberes e Fazeres do Campo (Seriada Multidisciplinar por Área) e a Editora Moderna Ltda com o título Projeto Buriti Multidisciplinar (Seriada Multidisciplinar Integrada) e no segundo edital a Coleção Campo Aberto da Editora Global também passou a compor esse cenário.

(...) em 2011, dezoito coleções didáticas, que estavam de acordo com o edital de convocações das editoras; destas apenas duas foram aprovadas, são elas: Coleção Girassol – Saberes e Fazeres do Campo (Editora FTD/São Paulo) e Coleção Projeto Buriti Multidisciplinar (Editora Moderna/São Paulo) O baixo quantitativo de coleções didáticas aprovadas para a adoção nas escolas do território campesino assinala para a dificuldade de adaptação das editoras de LD em relação ao Paradigma da Educação do Campo. Este paradigma tem reivindicado o território campesino como locus epistêmico e de produção de conhecimento específico e diferenciado. Nessa direção, tal paradigma desafia a lógica hegemônica mercadológica que recai sobre a produção e distribuição dos LD (SANTOS; SILVA, 2020, p.146).

Esse número baixo em relação a empresas selecionadas, levando em consideração que houveram outras 16 empresas concorrendo, revela que há sim um monopólio das empresas nesse ramo de criação de materiais didáticos e ao mesmo tempo revela que as demais editoras tiveram uma dificuldade de atender a questão do campo.

Para o PNLD Campo 2016, dez (10) obras foram inscritas em atendimento ao Edital de convocação. A distribuição por tipo de composição foi a seguinte: uma (01) coleção para o Tipo I - Multisseriada Interdisciplinar Temática; três (03) coleções para o Tipo II - Seriada Multidisciplinar por Área; seis (06) livros regionais. Do conjunto de 4 coleções avaliadas no PNLD Campo 2016, 02



(50%) foram excluídas e 02 (50%) foram aprovadas. E dos livros regionais, 02 (33,33%) obras foram aprovadas e 04 (66.66%) reprovadas. Esses números indicam, por um lado, a necessidade de um maior investimento na produção de materiais didáticos que concretizem as especificidades e os princípios da Educação do Campo e, por outro lado, a demanda por coleções que efetivem, com qualidade, uma proposta pedagógica para as escolas do campo. (BRASIL, 2014, p.16-17).

Cabe uma reflexão sobre essa baixa adesão das editoras, e sobre a baixa concorrência entre as editoras Santos e Silva (2020, p.146) afirmam que esse fato se dá por conta “ (...)da dificuldade de compreender e expressar os povos do campo enquanto sujeitos epistemológicos que produzem conhecimentos e culturas outras que não estão inscritas na “cartilha” eurocêntrica do saber”.

VOLTA DA DIREITA AO PODER E SUA REPERCUSSÃO NA EDUCAÇÃO DOS POVOS DO CAMPO

Os desmontes na Educação do Campo, anteriormente relatados, abrem espaço para programas semelhantes ao Programa Agrinho que iniciou-se no ano de 1995 e permanece até os dias atuais. Pereira (2015, p.2) explica que este programa “(...) é de responsabilidade social do sistema FAEP/SENAR/PR1, Governo Estado do Paraná, Prefeituras e diversas empresas e instituições parceiras”. Pereira (2015 p.3) segue dizendo que “a oferta do Programa Agrinho estendeu-se para vários estados da federação, sempre com parcerias entre o SENAR, representantes dos sindicatos patronais e instituições públicas e privadas”.

Neste sentido, Radi, Andreoli e Fernandes (2013 p.127) trouxeram que “os idealizadores do Programa preocupam-se, constantemente, com a avaliação do Agrinho por parte do público participante”. Porém, essa “preocupação” parece ser através de um processo recompensatório/ performático, pois, os autores afirmam que “(...) anualmente são organizados concursos estaduais que, hoje, premiam cinco categorias: Desenho, Redação, Experiência Pedagógica, Escola Agrinho e Município Agrinho. Os prêmios vão desde TVs, bicicletas até automóveis zero km”. A aprovação almejada se dá afim de obter algum lucro ou benefício a partir de tal programa.

De forma mais ampla, o que se pretende com estes programas é a diminuição da responsabilidade do Estado sobre a educação e passá-la para empresas privadas e outras organizações, essas por sua vez dedicam-se a formarem mão de obra especializadas e/ou



mesmo novos consumidores dos seus produtos. Esse fato, remete a uma nova vestimenta da antiga Educação Rural, aquela que visava apenas o “adestramento” da população campesina.

Cabe ressaltar que junto ao desmanche que o governo de extrema-direita vem fazendo na educação pública do país, esse movimento toma ainda mais força quando parte da sociedade se apropria do discurso radical e começam a se organizar para se impor sobre outras ideologias.

Este é o caso mais atual das chamadas “Mães do Agro” que lançaram a campanha “De olho no material escolar” que visa, segundo a AGB de Niterói/RJ, adequar a educação brasileira sobre a “perspectiva do agronegócio”. (AGB/Niterói, sem paginação e ano).

Nessa campanha, exigem o nivelamento dos conteúdos seguindo à risca a Base Nacional Comum Curricular, que já é aparelhada aos interesses das elites, buscam o controle conteúdo para que não haja críticas ao modelo do agronegócio e também o controle do trabalho docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar a categoria agricultura familiar, percebe-se que existe uma grande diversidade de sujeitos, de modos de produção e essas diversidades precisam ser levadas em consideração ao propor um projeto que envolva essas populações. Neste sentido, a Educação do Campo conquistou um amplo terreno seja na construção de materiais didáticos, sejam na possibilidade de formação inicial e continuada dos professores e professoras que atuam neste espaço.

Porém, esse movimento enfrenta a cooptação e as investidas do capital, configurado sobretudo, pelo agronegócio, apoiados pela Bancada Ruralista no congresso e também por parte da sociedade organizada que fazem oposição aos governos de base esquerdistas.

Entende-se que, onde os ideais de emancipação e de trabalho coletivo da Educação do Campo não chegam, ou mesmo não conseguem se firmar, os ideais neoliberais e do agronegócio chegam e se apropriam das conquistas já garantidas por esses movimentos.

O PNLD Campo foi uma forma de levar uma possibilidade de análise do campo diferente da visão do urbano e do agronegócio, apesar de apresentar umas problemáticas



em seu conteúdo, o livro de geografia conseguia aproximar o conteúdo a realidade do aluno no que se refere a produção e a cultura.

Esse fato reforça-se a necessidade primordial de criação de resistência frente a este avanço, seja com criação de materiais didáticos, seja investindo em cursos de formação inicial e continuada bem como, buscar o fortalecimento entre os diversos sujeitos do campo que sofrem com o avanço neoliberal.

REFERÊNCIAS

ALVES Flamarion Dutra; VALE Ana Rute do. A relação campo-cidade e suas leituras no espaço. ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, p.33-41. 2013.

BRASIL. **Lei 11.326, de 24 de julho de 2006.** Sobre a conceituação de agricultura familiar. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm Acesso em: 05/07/2021

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010.** Dispõe do PRONERA. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file> Acesso em: 05/07/2021

BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).** Dados do PNLD Campo 2014. Brasília 2014. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos-anos-anteriores>. Acesso em: 16/06/2021.

BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).** Informe de Encerramento do PNLD Campo. Brasília 2018. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/informe-pnld> Acesso em: 16/06/2021.

CALDART, Roseli Salete. Sobre a especificidade da Educação do Campo e os desafios do momento atual. **In:** FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Teoria e educação no labirinto do capit7al. 4.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Cuando la agricultura familiar es campesina. **In:** Agriculturas campesinas en Latinoamérica: Propuestas y desafios. Editorial IAEN. Quito. 2014.

GHIZELINI, André A. Michelato; ARAGUÃO, Lucas. Campesinato e Agricultura Familiar: Divergências e convergências para o reconhecimento e fortalecimento da agricultura de base familiar. **Sinais**, p.90-111, Vitória, 2019.



MOURA, Felipe Moretto; AZEVEDO, Sandra de Castro de. As escolas rurais, as políticas públicas e a realidade do campo. 6º Encontro Regional de Ensino de Geografia. Campinas, 2018.

PEREIRA, Veninha Bortoluzzi. Concepção político-pedagógica para formação de professores do Programa Agrinho: Do campo à cidade. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2015.

RADI, Antonio José; ANDREOLI, Cleverson Vitório; FERNANDES, Valdir. Investigando ações em educação ambiental: O Programa Agrinho e as histórias de vida de seus ex-alunos. **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol. 8, n. 2 – pp 125-139, 2013.

SANTOS, Ramofly Bicalho. A história da Educação do Campo no Brasil: O protagonismo dos movimentos sociais. **Teias**, v. 18, n. 51, 2017.

SANTOS, Aline Renata dos; SILVA, Janssen Felipe da. POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE LIVROS DIDÁTICOS NO BRASIL E NA COLÔMBIA: um olhar dos Estudos Pós- Coloniais. Rev. Espaço do Currículo (online), João Pessoa, v.13, n.1, p. 32-46, jan/abr. 2020.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Campesinato Brasileiro: Uma história de resistência RESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. 25-44, 2015.